

EPOPEIA E HEROÍSMO: O CARÁTER DO HERÓI ÉPICO NAS ARTES
POÉTICAS DE CÂNDIDO LUSITANO E FRANCISCO DE PINA E MELLO¹

*EPIC AND HEROISM: THE CHARACTER OF EPIC HERO IN THE CÂNDIDO
LUSITANO'S AND FRANCISCO DE PINA E MELLO'S POETIC ARTS*

Werney Costa Moreira²

Halysson F. Dias Santos³

Resumo: Este artigo aborda o tratamento dado aos preceitos de composição poética relacionados ao caráter do herói épico nas artes poéticas de Francisco José Freire (1759) e de Francisco de Pina e Mello (1765). Neste trabalho, leva-se em consideração a recepção das doutrinas poéticas aristotélicas e horacianas em Portugal durante o século XVIII, com destaque para as apropriações que ambos os autores portugueses fazem dos conceitos poéticos dessas duas autoridades antigas ao versarem sobre as regras de composição do gênero épico.

Palavras-chave: heroísmo; poesia épica; século XVIII.

Abstract: This article addresses the treatment given to precepts of poetic composition related to the character of the epic hero in the Francisco José Freire's (1759) and Francisco de Pina e Mello's (1765) poetic arts. This work takes into consideration the reception of Aristotelian and Horacian poetic doctrines in Portugal during the 18th century, with emphasis on the appropriations that both Portuguese authors made of the poetic concepts from these two ancient authorities when dealing with the rules of the composition of the epic genre.

Keywords: heroism; epic poetry; 18th century.

¹ Seções deste artigo foram apresentadas, na forma de resumos simples e comunicações orais, no XXIV e no XXV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), realizados, respectivamente, em 2020 e 2021.

² Graduando, UESB.

³ Doutor, UESB.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta resultados parciais de um estudo sobre as relações entre épica e heroísmo na preceptiva poética portuguesa do século XVIII, estudo esse que se vincula a um projeto de pesquisa que investiga a recepção das doutrinas aristotélicas sobre a poesia entre os séculos XVI e XVIII na Península Ibérica.

Levando em consideração a recepção dessas doutrinas desde os primórdios da modernidade, entre os séculos XVI e XVIII (BOBES *et al.*, 1998; MUHANA, 1997; WEINBERG, 2003), esse estudo se atém às apropriações que Francisco Jose Freire, o Cândido Lusitano, e Francisco de Pina e Mello fazem das doutrinas poéticas de Aristóteles ao tratarem das regras de composição da poesia épica em suas respectivas artes poéticas, especificamente no que se refere à caracterização do herói épico.

Embora seja desenvolvido no âmbito de uma investigação sobre a recepção das doutrinas depreendidas da *Poética* (1987) de Aristóteles, ao abordar a relação entre épica e heroísmo, o presente trabalho também lida com a interação entre as poéticas aristotélica e horaciana nessas duas artes poéticas setecentistas, tendo em vista o importante papel que os conceitos poéticos derivados da *Epístola aos Pisões*, a *Arte Poética* (2005) de Horácio, mantém na codificação da poesia nos séculos XVII e XVIII (TEIXEIRA, 1999).

Com a ampla difusão em Portugal de autores antigos, gregos e romanos, entre os séculos XVI e XVIII, especialmente Aristóteles e Horácio (CASTRO, 2008; MUHANA, 1997; SARAIVA, LOPES, 2005; TEIXEIRA, 1999), as doutrinas aristotélicas e horacianas sobre a poesia fundamentam as preceptivas poéticas setecentistas a partir de adaptações aos contextos específicos de suas produções e, portanto, aos pressupostos cristãos e ilustrados que as caracterizam. Assim, mediante o cotejamento dos preceitos relacionados à composição do herói épico expostos por Cândido

Lusitano e Pina e Mello com aqueles que são encontrados nos dois autores antigos, pretendemos estabelecer, em parte, seus fundamentos doutrinários, já que também se baseiam em autores modernos, como Nicolas Boileau, Le Bossu, René Rapin, Ludovico Muratori e Ignacio de Luzán (JOAQUIM, 2005; TEIXEIRA, 1999).

Quanto à *Arte Poética* de Francisco José Freire, trabalhamos com a segunda edição do tratado, impressa em 1759, em versão *fac-símile*. O estudo se restringe aos quatro primeiros capítulos do Livro III da *Arte Poética* de Cândido Lusitano, aqueles que tratam da natureza e definição do poema épico, das propriedades da ação heroica, do caráter do herói épico e da introdução de divindades na ação do poema heroico. Este livro se encontra no Tomo II da edição de 1759, publicada em Lisboa na Oficina de Francisco Luiz Ameno (FREIRE, 1759). No que tange ao poema doutrinário de Pina e Mello, utilizamos duas edições de sua *Arte Poética*, o *fac-símile* da edição publicada em 1765 no primeiro tomo da *Collecção das obras em verso, de Pina de Sá e de Mello*, em Lisboa, na Oficina de Joan Antonio da Costa (PINA E MELLO, 1765), em cotejo com a edição crítica publicada pela Imprensa Nacional — Casa da Moeda em 2005, com estudo introdutório, edição e notas de António Manuel Esteves Joaquim (PINA E MELLO, 2005).

Para fundamentar a abordagem, como já temos referido, mobilizamos autores que tratam da arte poética de um ponto de vista histórico e retórico poético, em particular, no que se refere à poesia épica e à produção letrada portuguesa do século XVIII, a exemplo de João Adolfo Hansen (2008) e Ivan Teixeira (1999), bem como autores que tratam da preceptiva poética produzida nos séculos XVI, XVII e XVIII e, conseqüentemente, da recepção das doutrinas aristotélicas e horacianas nesse período (BOBES *et al.*, 1998; CASTRO, 2008; MUHANA, 1997; WEINBERG, 2003). O foco desse estudo, porém, não será o tratamento teórico e/ou historiográfico das relações entre épica e heroísmo, mas sim a leitura e a análise de passagens das duas preceptivas

setecentistas selecionadas. Portanto, essas referências serão utilizadas apenas como aporte analítico e como fontes secundárias para contextualização das obras estudadas.

2. ÉPICA E HEROÍSMO

Ao propor um estudo sobre o conceito de herói e as relações entre épica e heroísmo, precisamos chamar atenção para o contexto em que se dá essa investigação. Abordaremos perspectivas sobre o herói que se diferenciam de concepções mais modernas de heroísmo, como aquela associada aos chamados super-heróis das histórias em quadrinhos, cujos arquétipos são tão utilizados em filmes e séries, ou mesmo ao ideal romântico de herói. Apesar de sua relação com conceitos mais antigos, que remontam à Idade Média e à Antiguidade greco-latina (HANSEN, 2008), as peculiaridades históricas dessas perspectivas abordadas ainda precisam ser observadas.

Assim, o estudo dos preceitos poéticos relacionados à composição do caráter do herói épico encontrado nas artes poéticas de Cândido Lusitano e Francisco de Pina e Mello deve ser abordado tendo em vista os pressupostos poéticos, políticos, teológicos e filosóficos que nortearam a produção da preceptiva portuguesa na segunda metade do século XVIII.

Ao falar da produção letrada ibérica, não podemos perder de vista o peso que a política teológica de orientação católica mantém sobre a produção e a codificação dos gêneros poéticos, o que determina o tipo de leitura, interpretação e apropriação das doutrinas advindas de autores gregos e latinos, oriundas de uma cultura pagã, implicando adaptações dos conceitos antigos às concepções católicas do presente. Sabemos ainda que as poéticas em questão foram produzidas e publicadas durante o governo do Marquês de Pombal, que foi o primeiro-ministro português entre 1750 e 1777 (MARQUES, 2012), período em que se dá a repercussão em Portugal dos ideais

ilustrados, os quais deram origem a uma ilustração católica lusitana (HANSEN, 2008; TEIXEIRA, 1999). É preciso lembrar, por fim, que os códigos poéticos presentes nas artes poéticas portuguesas setecentistas, além de derivarem de doutrinas de autores gregos e latinos, como Aristóteles e Horácio, se vinculam também a poéticas italianas, francesas e espanholas dos séculos XVII e XVIII, assim como a preceptivas mais antigas, do século XVI, que permanecem influentes no século XVIII (BOBES *et al.*, 1998; CASTRO, 2008). Ter em vista todas essas condições históricas é, portanto, determinante para se compreender o tipo de caracterização do herói épico nas poéticas estudadas.

Desde a Grécia Arcaica, a epopeia esteve ligada às ações heroicas e bélicas, muito embora essas relações devam ser problematizadas (CARDOSO, 2011; NAGY, 2017; ROMILLY, 2001; VERNANT, 1978). Quando lemos poemas como a *Ilíada* (séc. VIII a.C.) e a *Odisseia* (séc. VIII a.C.) de Homero e a *Eneida* (séc. XIX a. C.), de Virgílio, notamos que são poemas ligados ao tema da guerra e jornadas marcadas pelas adversidades, tópicos que, diga-se de passagem, em Portugal, serão retomados por Camões em *Os Lusíadas* (1572) e reiterados na poesia épica que imita o modelo camoniano entre os séculos XVI e XVIII. Nesses poemas, os personagens principais são guerreiros que provam seu valor nas vicissitudes da guerra e das viagens longas e perigosas. Homens que realizam ações que os demais, os homens comuns, não podem realizar.

A *Poética* de Aristóteles preconiza que a epopeia tem como objeto de imitação a ação de homens superiores ao que costumamos ser, portanto, ações elevadas (ARISTÓTELES, 1987). Em Roma, provavelmente tendo em vista a doutrina aristotélica sobre o objeto de imitação própria à poesia épica, e tendo como referência a poesia homérica, Horácio associa a epopeia às guerras e aos homens que nelas se destacam (HORÁCIO, 2005).

Essa relação entre poesia e heroísmo que se construiu desde a antiguidade greco-latina é reiterada na poesia épica dos séculos XVI, XVII e XVIII e nas preceptivas

poéticas desse período, entre elas a *Arte Poética* de Cândido Lusitano (1759) e de Pina e Mello (1765). Porém, os preceitos poéticos ligados à composição do caráter do herói épico estão, como veremos, adaptados às condições históricas de suas respectivas épocas.

3. O CARÁTER DO HERÓI ÉPICO NA ARTE POÉTICA DE CÂNDIDO LUSITANO

De orientação ilustrada, a *Arte Poética ou Regras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas espécies principais, tratadas com juízo crítico*, de Francisco José Freire, o Cândido Lusitano, impressa pela primeira vez em 1748 e com segunda edição de 1759, é a mais importante arte poética portuguesa do século XVIII, obra em que é evidente o diálogo com preceptivas estrangeiras modernas de autores italianos, franceses e espanhóis, assim como das autoridades antigas, com destaque para Aristóteles e Horácio (TEIXEIRA, 1999).

Freire (1759) associa épica e heroísmo de tal modo que a presença de um herói se mostra central para esse gênero poético. Segundo o autor, o poema heroico, a epopeia, como uma das espécies da poesia, pode ser definida como “a imitação de huma acção heroica”, que, complementando, deve ser “perfeita, de de justa grandeza, feita em verso heroico por modo mixto, de maneira, que cause huma singular admiração e prazer, e ao mesmo tempo excite os ânimos a amar as virtudes, e as grandes emprezas” (p. 165). Ainda de acordo com Freire, a imitação épica, sendo imitação de uma ação heroica, se diferencia daquela que se realiza na tragédia e na comédia. Aliás, ele não aprova “as definições daquelles, que disseraõ ser a Epopeia a imitação de huma acção illustre” (p. 166). No seu entender, a ação da epopeia deve “estar fóra da regra ordinária dos successos, e tudo no seu gênero deve ser maravilhoso” (p. 166). Além disso, sua definição preceitua que a epopeia deve “excitar os ânimos a praticar similhantes virtudes, e empreender taes facções” (p. 166).

Como podemos observar na definição do tratadista português, que segundo ele próprio se baseia em diferentes autores, além de causar prazer, a poesia épica deve ensinar e, assim, excitar “os ânimos a amar as virtudes” (FREIRE, 1759). Assim, ele preceitua que o herói épico deve ser composto com um caráter virtuoso e elevadíssimo:

Deve o Poeta Epico formar os costumes do seu Heroe todos raros, sublimes, e admiráveis, quanto verossimilmente puder ser. Há de ser ornado de huma bondade não só poetica, mas tambem moral; porque de outro modo ficará sendo hum exemplar indigno de se imitar. Seraõ virtudes muy proprias dele a humanidade, a prudencia, a generosidade, a força, e sobre tudo o valor na guerra; motivo porque todos os assumptos das Epopeias perfeitas saõ de guerras, e todos os seus Heroes militares, e guerreiros. (FREIRE, 1759, p. 178).

Para Freire (1759), essa virtude guerreira não deve se restringir ao “herói principal” da Epopeia, “mas ainda aos outros secundarios, deve formar o poeta, segundo o decoro militar” (p. 178).

Desse modo, para o Cândido Lusitano, o herói épico, que em sua *Arte Poética* é identificado com um *ethos* cristão católico, é caracterizado como pessoa de índole superior aos demais homens, uma figura cujos valores, feitos e disposições devem ser admirados e imitados. Fica também evidente, quando destaca a virtude guerreira do herói épico, a relação entre o conceito de herói apresentado por Freire (1759) e a definição horaciana de epopeia, conforme a conhecida passagem da *Epistula ad Pisones* (v. 73-74), na tradução de Jaime Bruna: “Homero mostrou qual o ritmo apropriado à narração dos feitos dos reis e capitães nas guerras funestas” (HORÁCIO, 2005, p. 57).

O herói épico deverá sempre ter um caráter superior, que o eleve acima de todos e que o torne um exemplo a ser seguido; ele não deve agir por ganância, ou pela glória pessoal, ele não mata por matar, mas sim para alcançar objetivos nobres. Freire (1759) elogia Tasso quanto à representação do herói épico, ao passo que aponta para “descuidos” e “defeitos” que observa em Camões, assim como em Virgílio, autor que

atribui medo, crueldade e covardia aos heróis da *Eneida*, o que, aliás, inclui Enéias. Mas, ainda segundo Freire (p. 179), “quem sobre todos observou bem pouco o caracter dos Heroes, foy Ariosto, como he sabido”, tendo em vista que representa Ariodante, personagem de seu *Orlando Furioso*, desejando, por paixão amorosa, cometer uma ação iníqua.

Seguindo preceitos aristotélicos e horacianos, assim como Le Bossu, Freire enfatiza a necessidade de decoro poético, unidade, coerência e verossimilhança na composição do herói épico:

Certamente he cousa verosimil, e muy confôrme á razaõ, que o Heroe mostre em todas as ocasiões, que he o mesmo, e que he ele sempre o que obra as acções de mayor importancia. Deve mostrar em todos os accidentes sustentado em grão sublime aquelle composto de vistudes, e qualidades, que nelle pinta o Poeta; sem que obste constar talvez o contrario pela historia; porque a Epica, que serve para a imitação, e para mostrar o maravilhoso, não attende para o que foy realmente, mas para o que verosimilmente devia ser; e por este motivo he, que entendo preferio Aristoteles a Poesia á Historia. (FREIRE, 1759, p. 180).

Cândido Lusitano, portanto, aludindo à *Poética* (1987) de Aristóteles, preceitua que, embora a ação épica seja, conforme o decoro poético, “fundada na verdade da História” (FREIRE, 1759, p. 174), o poeta não deve compor o herói segundo a realidade histórica, mas conforme a verossimilhança na imitação poética, a fim de alcançar o maravilhoso na composição do herói do poema épico. Como evidência, o tratadista português lembra que na história, nos “Annaes Gregos, e Romanos não descobriremos algum Heroe taõ perfeito, como qualquer dos que finge a Poesia” (p. 180).

Freire defende que o herói deve ter uma virtude que se destaca entre as demais. Virtude esta que o caracteriza, que o torna singular: “Ultimamente dizemos, que entre o tal composto de muitas virtudes, que devem ornar ao Heroe, sempre ha de sobresahir huma de tal modo, que reine em todo o Poema, e seja como a alma de todas as acções, que fizer o mesmo Heroe. A primeira qualidade, v.g. em Eneas he a bondade,

em Vasco da Gama o animo intrépido, em Achilles a colera, em Ulysses a dissimulação, e em Godofredo a piedade.” (FREIRE, 1759, p. 180).

O autor identifica essas virtudes específicas com o caráter do personagem heroico: “cada huma destas qualidades, e virtudes he propriamente o character, porque he a que distingue aquella pessoa de todas as mais” (FREIRE, 1759, p. 180). Assim sendo, cada herói teria um caráter que lhe é peculiar quando comparado a outro herói e a qualquer outro personagem do poema a que pertence ou de outros poemas. Percebe-se, na definição de Cândido Lusitano, uma adaptação da doutrina horaciana do decoro quanto à composição dos personagens (HORÁCIO, 2005). Freire também fundamenta sua definição das virtudes que devem estar presentes na representação do herói épico na ética aristotélica.

Embora afirme que Aristóteles não definiu de forma expressa a epopeia, obrigando-o a recorrer a diferentes autores para apresentar sua própria definição do gênero, os preceitos sobre o caráter da ação épica e do herói são claramente derivados da doutrina aristotélica dos caracteres agentes, objeto da *mimesis* (ARISTÓTELES, 1987), mas que, evidentemente, representam uma adaptação do que se depreende da *Poética*, tendo em vista os pressupostos católicos do conceito de heroísmo prescritos pelo autor português. A sexta propriedade que Freire (1759) recomenda para a composição decorosa da ação heroica é justamente a conformidade com a verdadeira religião que, como sabemos, para ele, corresponde ao catolicismo romano: “como o Heroe necessita de huma particular ajuda de Deos, para conseguir o fim da sua grande acção, deve perfeitamente observar a piedade, religião, justiça, e todas as demais virtudes; e por este motivo não deve a acção Epica ter principio em alguma coisa indigna, como v.g. roubo, ou guerra injusta contra os pays, &c.” (FREIRE, 1759, p. 174-175).

Cândido Lusitano menciona Gabriel Pereira de Castro como um poeta que, diferentemente de Camões, não soube observar esse preceito em seu poema, a *Ulisseia*,

pois “sendo Poeta Catholico tomou por seu Heroe a Ulysses, que foy hum Gentio; e por esta razão não he injusta a critica, que se faz nesta parte ao seu Poema.” (FREIRE, 1759, p. 175).

Outro aspecto presente na caracterização que Cândido Lusitano faz do herói épico e que se evidencia quando trata dessa sexta propriedade da ação heroica, bem como ao tratar da introdução de deidades, ou máquinas, na poesia épica no quarto capítulo do Livro III, é a associação do herói épico com os seres divinos, que o auxiliam em suas vicissitudes. No que se refere à poesia grega e latina, Cândido Lusitano argumenta que os deuses pagãos, segundo o fingimento dos poetas antigos, concedem a capacidade aos heróis para que possam realizar suas façanhas: “O homem per si só não he capaz de subir a hum gráo tão eminente de virtudes; por isso os Poetas gentilicos fingiraõ, que tudo quanto obrou Achilles, Eneas, Diomedes, e outros Heroes fora por patrocínio de Pallas, de Venus, de Marte, e de outras divindades.” (FREIRE, 1759, p. 167-168). No caso do herói cristão, esse é papela da Graça e da Providência divinas, do próprio Deus ou seus anjos, segundo a racionalidade da ilustração católica portuguesa, por isso a polêmica em torno de *Os Lusíadas* (1572), em relação à qual Cândido Lusitano também opina em sua *Arte Poética* (1759). Como segue dizendo Freire: “Nós outros os Catholicos não fingimos, mas firmemente cremos, que todas as acções heroicas dependem da ajuda de Deos, de quem procede tudo o que he perfeito; porque a nossa natureza como corrupta sim pode obrar alguma coisa boa, porém não tudo, segundo os bons costumes” (p. 168).

Diferente do que ocorre com o gênero trágico, em que, de acordo com os preceitos aristotélicos e horacianos, deve-se evitar recorrer ao *deus ex machina*, na poesia épica, o poeta tem maior liberdade para introduzir divindades na fábula do poema heroico. Porém, como adverte Freire, “esta licença de introduzir machinas na sua Epopeia, tem huma limitação, e he, que a tal presença da divindade, que se introduz, não deslustre ao Heroe, obrando ela só, e não lhe deixando lugar para ele

luzir” (1759, p. 185). Na abordagem desse aspecto, Cândido Lusitano também toma como referência Aristóteles e Horácio, além de vários autores modernos, entre eles, Boileau, Luzán e Le Bossu.

Apropriando-se das mais célebres artes poéticas antigas, a *Poética* (1987) de Aristóteles e a *Epístola aos Pisões* (2005) de Horácio, e adaptando suas doutrinas aos interesses de seu tempo, Cândido Lusitano preconiza, em sua *Arte Poética* (1759), qual, para ele, deveria ser o decoro a ser seguido na composição do caráter do herói épico.

4. HEROÍSMO, GRANDEZA E EXEMPLO NO GÊNERO ÉPICO SEGUNDO FRANCISCO DE PINA E MELLO

Composta em verso, segundo os modelos das poéticas de Horácio e Boileau, a *Arte Poética* (1765) de Pina e Mello se apresenta como uma obra poética de caráter preceptivo que trata da definição, da função e das propriedades da poesia em geral e de suas espécies, entre elas, a poesia épica (JOAQUIM, 2005). Nas palavras do próprio autor, em sua *Arte Poética*, Pina e Mello se propôs ditar “algumas regras” concernentes à “soberana melodia”, à qual se denominou “poesia” (PINA E MELLO, 1765, p. 01). A obra é, portanto, destinada aos que são iniciantes no estudo e na prática da arte poética (PINA E MELLO, 1765; 2005).

Em seu poema doutrinário, como é comum às artes poéticas da época, como é o caso da *Arte Poética* de Cândido Lusitano (1759), Pina e Mello (1765) reconhece a autoridade dos antigos, sendo Aristóteles o autor a que Pina e Mello mais recorre na exposição dos preceitos sobre a arte poética, o que não diminui o reconhecimento da autoridade dos autores latinos, como, por exemplo, Horácio e Quintiliano, também tratados como “mestres” em sua *Arte Poética*.

Sua caracterização do herói épico, portanto, se dá mediante preceitos derivados das doutrinas aristotélicas e horacianas sobre o gênero épico, mas, assim como Cândido Lusitano, recorre a autores modernos para fundamentar seus preceitos, especialmente Luzán e Le Bossu, como aponta António Manuel Esteves Joaquim (2005) em seu estudo introdutório e em notas à *Arte Poética* de Pina e Mello.

Pina e Mello (1765) trata da epopeia principalmente na terceira parte de sua *Arte Poética*. O autor dedica alguns de seus versos à caracterização do herói épico. Segundo sua definição, a épica é um gênero de poesia que inculca grandeza. Tendo tal preceito em vista, Pina e Mello descreve a fábula épica, uma das partes qualitativas da epopeia, nos seguintes termos:

Por *Fabula* se entende huma façanha
Notavel, e eminente, acontecida
A hum Rei, ou pessoa esclarecida,
E imitada com métrico artifício,
Para dar huma maxima importante,
Ou huma ideia de hum *Heróe* brilhante,
Que na luz da *Epopéia* concebemos; (PINA E MELLO, 1765, p. 50, grifos no original).

Como se pode notar, segundo seus preceitos, a fábula épica narra um acontecimento notável, uma façanha realizada por um herói que o letrado português identifica com “um Rei” ou uma “pessoa esclarecida”, tendo como referência a já mencionada passagem da *Arte Poética* horaciana (HORÁCIO, 2005), mas que também pode ser vinculada à definição aristotélica da epopeia, considerando o objeto da *mimesis* (ARISTÓTELES, 1987).

Assim como se pode observar na *Arte Poética* (1759) de Cândido Lusitano, Pina e Mello (1765) também define a epopeia como um gênero de poesia que deve educar, oferecer uma “máxima importante”. O caráter do herói épico, e seus feitos notáveis, devem, portanto, servir de exemplo.

Um dos preceitos reiterado por Pina e Mello (1765), que é comum nas definições do gênero, preconiza que o herói não pode ser representado como alguém que dependa completamente de outrem para realizar a ação heroica, o que está geralmente ligado ao decoro que deve ser observado no uso do maravilhoso na composição da fábula épica.

Da *Fabula*, e do *Heróe*; que taõ sómente
Há de obrar, sem mostrar-se dependente
De outra alguma pessoa, e fazer sua
A glória, com que a empreza o condecora; (PINA E MELLO, 1765, p. 51, grifos no original).

Ainda discorrendo sobre a fábula épica, Pina e Mello (1765) estabelece como “lei irrevogável” que essa parte qualitativa da epopeia, além de ser verossímil, feliz, maravilhosa e una, tenha um único herói, características que, como demonstra Joaquim (2005), em nota, são encontradas em autores como Luzán e Rapin. Nesse sentido, ainda segundo Joaquim (2005), assim como na *Arte Poética* de Cândido Lusitano, “a defesa do princípio da unicidade do herói leva o autor a corroborar as críticas tradicionalmente formuladas a Camões a este propósito (cf. ‘Prolegômeno’, p. XII).” (JOAQUIM, 2005, p. 197).

Ao versar sobre a composição dos personagens da epopeia e, por conseguinte, do herói épico, Pina e Mello segue de perto os preceptistas modernos que toma como autoridades em sua *Arte Poética* (1765), sem perder de vista, como fazem tais autores, as doutrinas aristotélicas e horacianas sobre a poesia épica. Como observa Joaquim (2005), em uma de suas notas explicativas à *Arte Poética* de Pina e Mello, “o autor distingue bondade natural de bondade poética, aceitando a divisão estabelecida por Le Bossu e seguida por Luzán” (p. 1999).

Para achar nos *costumes* o conceito
De bons, e congruentes, necessario
Não he que eles se fundem nas virtudes:

Toda a sua bondade aqui consiste
Em não contradizerem o caracter
Da personagem, que se tem exposto. (PINA E MELLO, 1765, p. 53, grifos no original).

Portanto, ao tratar dos costumes que caracterizam os personagens, seguindo um conhecido preceito horaciano, Pina e Mello (1765; 2005) enfatiza a coerência do caráter em todo o poema. De acordo com Joaquim, ainda comentando a mesma passagem, “o caráter do herói é bom não pelas virtudes morais que possa ter, mas se for congruente com ao longo da epopeia” (2005, p. 199-200).

Ao abordar o caráter do herói, Pina e Mello apresenta um contraste entre a representação do herói nas epopeias antigas, contrapondo Homero e Virgílio. Segundo seu parecer:

Na pessoa do *Heróe* todo o cuidado
Deve empregar o Poeta: entre os Antigos
Não se formava bem a heroicidade:
Por *Heróe* se julgava hum homem fero,
Impaciente, colérico, orgulhoso,
Terrível, implacável, e teimoso,
Cheio de força, e robustez: Homero
Assim nos pinta a Aquilles; mas Virgilio,
Nascido em outro século mais culto,
Nos descreve hum *Heróe*, sem tanto insulto;
E entre o calor de hum animo esforçado,
O faz doce, piedoso, reportado,
Reconhecido, plácido, prudente,
Aprazível, magnânimo, clemente. (PINA E MELLO, 1765, p. 54, grifos no original).

Como podemos observar, a caracterização virgiliana do herói épico é avaliada como superior por Pina e Mello (1765), que considera o tempo em que viveu o poeta romano mais culto, talvez por julgar mais próximo do modelo de civilização cristão. Sendo assim, o herói virgiliano estaria mais próximo dos heróis cristãos em comparação com Aquiles e Ulisses. Para Pina e Mello, “[h]á de ser pois o *Heróe* bem parecido / As virtudes do tempo, em que a *Epopeia*, / Conduzindo-o da fama ao alto

templo, / O exponha á nossa vista, e ao nosso exemplo.” (PINA E MELLO, 1765, p. 54, grifos no original).

Para ele, portanto, assim como para Cândido Lusitano, o poeta, ao compor o caráter de seu herói, deve estar atento ao tempo próprio da epopeia que produz, não sendo conveniente, por exemplo, que um herói cristão tenha um caráter semelhante ao de um herói pagão ou que seja auxiliado por uma divindade gentílica. Nesse sentido, a composição dos caracteres do herói épico deve sempre ter em vista a verossimilhança.

Por essa razão, como Cândido Lusitano, Pina e Mello (1765), embora não atribua defeito poético a Homero por ter utilizado divindades pagãs, também defende que os poetas cristãos só deveriam utilizar o maravilhho cristão em seus poemas épicos, evitando assim representar deuses pagãos nas ações heroicas.

Para o autor, o herói épico deve ser grandioso. Seu caráter deve ser virtuoso, elevado para que sirva de exemplo. Porém, esse preceito deveria ser observado com certos limites:

Como tudo, se metter-se algum defeito
Nas virtudes do *Heróe*, não ficaria
Verosimil talvez: a humildade
Nunca pode chegar áquelle ponto
De huma tal perfeição, que não consinta
Em tudo o que faz, ou que se pinta
Os resquícios fataes da sorte humana:
Os que menos os sentem saõ aquelles,
Que *Heróes* podem chamar-se: da fraqueza
Nunca pode eximir-se a Natureza.

Só desta sorte deve o *Heróe* propor-se,
Para ficar em termos de seguir-se:
Esse intento infeliz de conduzir-se
Ao mais sublime acerto, fica inutil,
Pois vendo-se *Heróe* inacessível,
E onde subir não póde o humano alento,
Esmorece o desejo em huma altura,
A que chegar não ousa; e só procura
Encobrir a fraqueza no desprezo,

Fugindo á indiscripção, que chega a dar-se
No impulso, que não póde praticar-se. (PINA E MELLO, 1765, p. 55-56, grifos no original).

Em outras palavras, o modelo heroico não pode ser inacessível, pois isso poderia desanimar aqueles que pretendem imitar a ação heroica. O herói épico só pode ser considerado modelo a ser seguido se aqueles que contemplam suas ações e seu caráter podem manter a expectativa de cultivar qualidades heroicas e realizar feitos semelhantes, façanhas que ao menos se aproximem das ações heroicas imitadas nos poemas épicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, concluímos que, apropriando-se das artes poéticas antigas, entre elas a *Poética* (1987) de Aristóteles e a *Epístola aos Pisões* (2005) de Horácio, e adaptando suas doutrinas aos interesses de seu tempo, Cândido Lusitano e Francisco de Pina e Mello preconizam, em suas artes poéticas, qual, para eles, deveria ser o decoro a ser seguido na composição do caráter do herói épico. Assim, foi possível, pelo estudo dessa duas preceptivas, ter um vislumbre de como se dá a apropriação de doutrinas aristotélicas sobre a poesia, com destaque àquelas que se referem à poesia épica, em Portugal no século XVIII.

Nas duas artes poéticas setecentistas, para causar aquilo que se exige do gênero épico, ou seja, o efeito de grandeza e a admiração, a composição do herói deve contribuir para essa grandiosidade. Portanto, o poeta, ao compor uma epopeia, deve estar atento à caracterização do herói épico. Por outro lado, o herói épico, especialmente quando se tem em vista o herói de uma epopeia cristã, deve ser exemplar, apresentando, além das virtudes guerreiras, como a coragem, a determinação e a sabedoria estratégica, a piedade.

Essa grandiosidade, por sua vez, tem que produzir verossimilhança na invenção da epopeia, o que, por consequência, depende da caracterização do herói. Se a épica narra uma ação de natureza elevada, o herói épico, por seu caráter e por suas ações, tem que causar essa impressão de grandeza.

Nesse sentido, o poeta épico produz uma fábula que demanda a incitação do entusiasmo e da grandeza pela composição de um herói conveniente, de um personagem central de caráter elevado, exemplar. Desse modo, o herói épico é composto como tipo constituído com base em estereótipos bem definidos e considerados decorosos segundo um princípio da verossimilhança derivado tanto de Aristóteles quanto de Horácio.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Arte Poética*. In *Textos selecionados*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores. v. 2).

BOBES, Carmen *et al.* *Historia de la teoría literaria: Transmisores, Edad Media, Poéticas Clasicistas*. Madrid: Editorial Gredos, 1998. v. 2.

BOILEAU, Nicolas. *A Arte Poética*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1979.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A literatura latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal: do humanismo ao neoclassicismo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

FREIRE, Francisco José. *Arte Poética ou Regras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas espécies principais, tratadas com juízo crítico*. Tomo II. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1759. Disponível em: <https://archive.org/details/artepoeticaoureg02frei/mode/2up>. Acesso em 07 jul 2022.

HANSEN, João Adolfo. Introdução: notas sobre o gênero épico. In TEIXEIRA, Ivan. *Épicos*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, 2008. p. 17-91.

HORÁCIO. *Arte Poética*. In BRANDÃO, Roberto de Oliveira (Org.). *A poética clássica: Aristóteles, Horácio, Longino*. São Paulo: Cultrix, 2005.

JOAQUIM, António Manuel Esteves. Estudo introdutório e notas. In PINA E MELLO, Francisco de. *Arte Poética*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2012.

MUHANA, Adma. *A Epopeia em Prosa Seiscentista: uma definição de gênero*. São Paulo: UNESP, 1997.

NAGY, Gregory. *O herói épico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/43301/1/Heroi%20Epico.pdf>. Acesso em 09 jul 2022.

PINA E MELLO, Francisco de. *Arte Poética*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

_____. *Arte Poética*. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Souza. 1765. In *Collecção das obras em verso, de Pina de Sá e de Mello*. Tomo I. Lisboa: Na Oficina de Joan Antonio da Costa, 1765. Disponível em: <https://archive.org/details/collecadasobrase01mell/page/n69/mode/2up>. Acesso em 08 jul 2022.

ROMILLY, Jacqueline de. *Homero: introdução aos poemas homéricos*. Lisboa: Edições 70, 2001.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2005.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e Poesia Neoclássica: Basílio da Gama e a Poética do Encômio*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. *Discurso*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, nº 9, p. 31-62, 1978.

WEINBERG, Bernard. *Estudios de Poética Clasicista: Robortello, Escalígero, Minturno, Castelvetro*. Madrid: Arco/Libros, 2003.

Recebido em: 10/07/2022

Aceito em: 30/09/2022